

Invasões ameaçam reserva em Arraial do Cabo

Delegacia do Meio Ambiente quer levar à Justiça responsáveis por licenças para obras na Restinga de Massambaba

Custódio Coimbra

Dimmi Amora

• As contínuas invasões na Área de Preservação Ambiental (APA) da Restinga de Massambaba, em Arraial do Cabo, Região dos Lagos, poderão levar à Justiça políticos e o responsável pelo cartório da cidade. O delegado Ícaro Silva, titular da Delegacia Móvel do Meio Ambiente, pretende indiciar quem estiver incentivando ou autorizando construções dentro da área de reserva.

Ontem, num blitz na região, em conjunto com a Feema e o presidente da Comissão de Meio Ambiente da Assembleia Legislativa, deputado Carlos Minc, ele fotografou as invasões e destruiu algumas casas em construção. Dois condomínios que estavam sendo construídos em áreas edificáveis da reserva tiveram as obras embargadas por não estarem cumprindo as exigências ambientais para a obra: o Summer Ville e o São Tomé.

— Vamos preparar o inquérito esta semana. As pessoas dizem que estão recebendo autorização da prefeitura e dos cartórios para ocupar estas áreas. Quem estiver emitindo estas autorizações, vai ter que responder pela nova lei de crimes ambientais, que prevê até pena de prisão — disse o delegado.

Cerj dirá se ligações de energia são legais

Ícaro Silva também pretende pedir ao Ministério Público a reintegração de posse das casas construídas recentemente. Além disso, ele vai solicitar à Cerj que informe se as



O DELEGADO Ícaro Silva (à esquerda) e o deputado Carlos Minc derrubam uma casa construída irregularmente na Restinga de Massambaba

ligações de energia da região são legais. Se não forem, vai pedir para que sejam desligadas imediatamente:

— Não tinha noção da magnitude do problema aqui. Na próxima operação nós vamos passar uma semana aqui.

De acordo com Luiz Firmino, gerente da Feema na região, as invasões foram incentivadas durante a campanha política de 2000 pelo ex-prefeito Renato Viana. Segundo ele,

na atual administração, o prefeito Henrique Malman tem dado apoio às operações de retirada de novos moradores:

— Temos ali um câncer que está contido e não está se espalhando para outras áreas. O problema é que dentro ele está se adensando muito.

A área de proteção de 76 mil quilômetros quadrados tem vários problemas fundiários. Alguns loteamentos foram feitos antes da criação da área,

com autorização dos órgãos responsáveis à época. Depois, muitas autorizações foram revogadas, mas pessoas compraram os lotes e construíram casas. Como não foi feito ainda o levantamento fundiário da região, não se sabe quem realmente tem direito a indenização. Como muitos loteamentos começaram a ser feitos, as estradas abertas servem hoje para incentivar novas invasões dentro da reserva.

Segundo o deputado Carlos Minc, R\$ 6 milhões de recursos do Fundo de Conservação Ambiental (Fecam) foram destinados à demarcação da reserva e ao levantamento fundiário. Minc disse que vai pedir um aumento da fiscalização na região. O destacamento do Batalhão Florestal da PM dentro da APA tem apenas dois policiais sem carro.

— Se uma providência não for tomada aqui, em três anos

vamos perder esta que é uma das mais importantes áreas de proteção do país — disse o deputado Minc.

A pior situação hoje é numa área chamada Ponta do Caíra. Dezenas de casas são construídas toda semana num antigo loteamento abandonado entre a estrada e a Lagoa de Araruama. O subsecretário de Meio Ambiente do estado, Edson Bedim, acusa políticos da região de incentivarem as invasões. O morador Darci Souza conta que já chegou até a pagar IPTU e um projeto arquitetônico para legalizar a casa de dois quartos na Ponta do Caíra.

Promotor diz que falta fiscalização

O promotor de Cabo Frio, Luciano Mattos, disse que tem cinco inquéritos grandes tentando apurar quem são os responsáveis pelas invasões:

— Temos ali um problema de invasão desordenada numa área muito grande. A maior necessidade é de fiscalização. Conseguimos que um loteador que fez uma obra irregular compensasse o estado construindo um batalhão na área, mas ele está inoperante.

A prefeitura de Arraial do Cabo, através de uma nota, informou que combate as invasões e tem apoiado com pessoal, quando solicitado pelo Ibama e pela Feema, ações de retirada de invasores. Segundo a nota, o cadastro dos imóveis só é feito em áreas onde é permitida a construção e os fiscais têm ordem expressa de cadastrar somente as áreas passíveis de legalização. ■